

Por um Plano Municipal de Educação que garanta melhores condições de trabalho, valorização profissional e uma educação pública de qualidade.

Nós, trabalhadores de educação, queríamos chegar a esse espaço com um sentimento de dever cumprido ao construir um projeto de educação que avançasse para a garantia dos direitos dos trabalhadores e uma educação pública e de qualidade. Entretanto, não é o que veremos nessa audiência pública, na qual o único objetivo é mascarar uma prática antidemocrática e o papel nefasto do Sindicato dos Servidores, que legitimou esse espaço sem a participação dos professores, diretores, coordenadores, funcionários e os supervisores.

A base do Plano Municipal de Educação

Para entendermos o papel de cada entidade na construção do Plano Municipal de Educação, temos que compreender qual a base de construção do plano. Como apresentado pela SME, esse plano é pautado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que para nós é a reprodução do completo desrespeito com os trabalhadores da educação, já que o Governo Federal (do PT) adiou a CONAE (etapa nacional) para aprovar o PNE sem a discussão com a sociedade.

O Plano Nacional de Educação baseou-se na lógica privatista da educação, pois mudou o conceito de educação pública para que o setor privado recebesse recursos públicos, valendo-se da meritocracia e demagogia, onde a educação é a pasta com o maior corte de verbas do governo federal.

O posicionamento da Secretaria Municipal de Educação

A SME cumpre uma política coerente com suas limitações, pois é parte de uma administração sem autonomia para a implementação da política pública, sendo estrangulada financeiramente pela administração central da prefeitura. Quem paga a conta? São os professores que são obrigados a trabalhar 10 horas diárias com alunos (em substituição); a direção da escola que é responsabilizada para providenciar professores e é obrigada a colocar Auxiliares de Serviços Gerais para cumprirem função de Agente Administrativo e de Inspetores, além dos alunos, que não têm o direito da

aula, pois quando não há professor, são amontoados em outras salas de aulas.

O papel do Sindicato dos Servidores

Essa instituição cumpre o papel de iludir os trabalhadores, pois não representa nossas reivindicações. O Sindicato, que é dirigido à *mão de ferro* pelo PT, representa o projeto privatista do governo federal no município e por isso o mesmo reproduziu o texto do Plano Nacional de Educação no município. Observamos também que há um DIRETOR do Sindicato em CARGO COMMISSIONADO (lotado na RioPretoPrev) na administração municipal, revelando que a atual diretoria não tem independência em relação ao governo local, o que para a ATEM é um princípio para representar os trabalhadores da educação.

Outra clara relação desse sindicato com a política da SME é a apresentação de um projeto de lei da vereadora Celi Regina/PT reafirmando a jornada de 10 horas diárias, justificando que essa jornada seria cumprida na mesma escola, ou na discussão do projeto de 1/3 em 2013, na qual tentava incluir o intervalo como a jornada de 1/3 do professor.

A ATEM quer dialogar para construirmos uma educação pública, estatal e de qualidade, mas não negociará os direitos dos trabalhadores a troco de cargos ou para tentar se legitimar atuando na mesma linha política da SME. Vamos defender os interesses dos trabalhadores e resgatar a dignidade nossa categoria tão violentada ao longo da última década.

Vamos à Luta !!!!



As diferenças das propostas do PME da ATEM e a SME/Sindicato dos Servidores:

Paralelo

1ª: Para a ATEM, o Plano Municipal de Educação está permeado de uma concepção de educação conservadora, otimista-ingênua, privatista, mercadológica e meritocrática. Defendemos uma educação pública de qualidade social, gratuita, que seja transformadora e construtora de uma sociedade justa e igualitária.

2ª: Para construir um Plano Municipal é preciso um bom diagnóstico. Por isso propomos (ATEM) o recenseamento como determinado pela LDB (artigo 5º) e a Lei Orgânica municipal. A proposta da SME/Sindicato está embasada no censo demográfico do IBGE e na demanda manifesta do censo escolar.

3ª: A SME em quase todas as metas e estratégias está jogando para até o ano de 2025 para o cumprimento das mesmas. Ou seja, transferem os problemas para o governo de 2022 resolver. A ATEM propõe datas de curto, médio de longo prazo para o seu cumprimento.

4ª A SME aponta para o ano 2025 a implantação da Lei da Jornada e do Piso. Para a ATEM esta demanda é para já. Ou seja, até o final do ano de 2015 e iniciar o ano de 2016 com a jornada estabelecida pela lei 11.738/08.

5ª A avaliação para a SME está voltada para aferir resultados, exclusivamente a partir das variáveis estabelecidas pelo IDEB. Este tipo de avaliação ranqueia as escolas de forma simplista e encobre as reais causas do desempenho insatisfatório.

Para a ATEM defendemos a avaliação processual e a criação do **Sistema Municipal de Avaliação** que deve considerar as variáveis de infra-estrutura, formação, condições de trabalho, vulnerabilidade social, etc.

6ª A comissão designada para “adequar” o PME pela secretária municipal de educação não possui autonomia para trabalhar. Todos os seus componentes são cargos comissionados e de confiança. Não há transparência em seus procedimentos e muito menos na metodologia adotada.

A ATEM desde sua fundação tem proposto que o PME seja coordenado por um fórum municipal com a representatividade de todos os segmentos da educação, sociedade civil e governo. Que haja um regimento interno estabelecendo e garantindo ampla participação por meio de plenárias e uma conferência municipal exclusiva para esta discussão.

7ª Para a ATEM o investimento para a educação deve ser de 10% do PIB já e pelo menos 35% do orçamento municipal além de associar 20% do ISS e IPTU ao FUNDEB.

Para a comissão SME/Sindicato os 10% do PIB só viria em 2025. Não propõem outra forma de investimento para a educação. Sem recursos o PME torna-se letra morta e conversa fiada.

8ª Com relação à Gestão Democrática defendemos (ATEM) como princípio constitucional que deve permear todas as instâncias organizacionais da Secretaria Municipal da Educação e não somente das escolas. A SME precisa ter autonomia (financeira, administrativa e pedagógica) para que as unidades escolares também tenham e não fiquem vulneráveis às ingerências políticas. Desta forma os critérios de compromisso político com a educação, técnicos e de desempenho devem prevalecer sobre os critérios políticos/partidários.

Para SME/Sindicato a gestão democrática é somente para as escolas com a respectiva politização da função do diretor deixando-o sozinho sem as condições para administrar as escolas.

9ª Para a ATEM a valorização dos Profissionais da Educação acontecerá se houver as condições de trabalho e jornada, piso e salário compatível com a exigência da função, plano de carreira que o estimule a construir uma identidade profissional, a permanecer e se aperfeiçoar (com evolução vertical e horizontal). Para isto é necessário que o CAQi (custo aluno qualidade inicial) e o CAQ seja implantado já.

Para a SME/Sindicato jogam esta discussão para o âmbito federal e para prazos os mais longínquos possíveis.

***Vamos construir uma educação pública,
gratuita, estatal e de qualidade!***